

Jornal

edimicamp

ANO IV — MARÇO/84



Editorial

As diretas, a democracia e a universidade

Hoje, diante da profundidade da crise nacional, é ilusório pretender que uma única medida solucione, a curto prazo, todos os nossos problemas. E todos sabem que apenas as eleições diretas não poderão resolvê-los.

Mas se elas não representam a solução em si, são hoje uma condição fundamental para que modificações importantes sejam introduzidas no quadro nacional. E estas modificações serão mais amplas e profundas dependendo da correlação de forças políticas, do programa, da vontade política e da legitimidade do presidente eleito. Neste caso as diretas poderão restabelecer os direitos de expressão, de acesso à informação e de organização. Apoiada nestes direitos, a sociedade se ordenará segundo suas expressões naturais e não mais sobre critérios artificiais e arbitrários e poderá também recuperar a autonomia e legitimidade dos poderes Legislativo e Judiciário. Isto assegurará a reconquista de outros direitos igualmente negados durante os últimos 20 anos de autoritarismo e desmandos. Estas modificações profundas estariam asseguradas em uma nova Constituição Democrática.

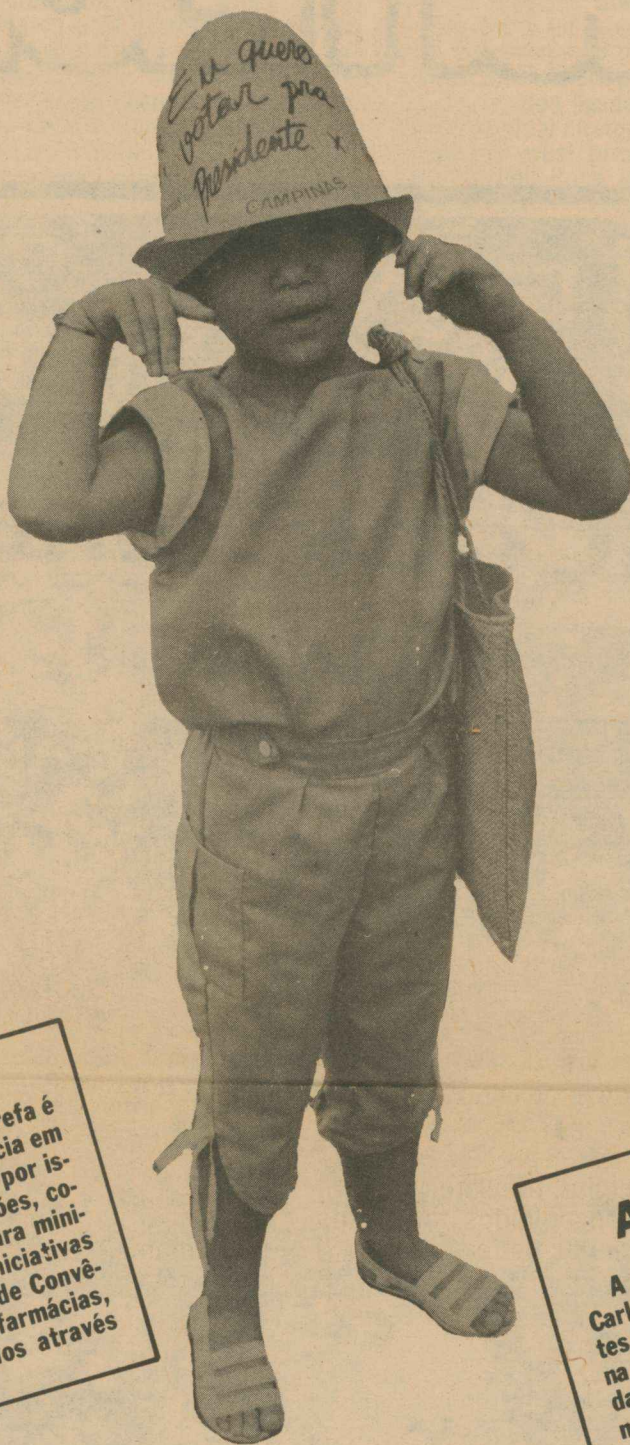
Entretanto, estas modificações poderão ser de menor profundidade, onde ainda conviverão por um longo período, um presidente eleito, reformas superficiais e uma Constituição, ainda que modificada, com características autoritárias.

Portanto as eleições não são um fim em si, mas, em um ou outro caso, o início de um novo período histórico. E este período histórico dependerá da participação da sociedade antes e após as diretas. A mobilização social pelas diretas não apenas as determina mas também a profundidade das alterações futuras.

Aos docentes do ensino superior, cabe a obrigação, enquanto cidadãos, de se engajarem ativamente neste movimento pelas diretas. Mas enquanto categoria, e somada aos intelectuais em geral, cabe especialmente o dever de contribuir na elaboração de propostas concretas para a solução da crise nacional.

As lutas pela democratização e valorização da Universidade devem ser traduzidas no sentido de torná-la identificada com os anseios nacionais e ser, portanto, capaz de detectar e de responder à demanda da sociedade que a contém. É preciso fazê-la funcionar como um todo orgânico integrado numa nova política científica e educacional voltada aos interesses dessa sociedade, e não como uma mera justaposição aleatória de fragmentos desiguais e estanques.

Se por um lado é obvio que a Democracia não virá, nem agora nem nunca, pela outorga dos que há 20 anos submetem o país a interesses espúrios, também poderá não vir pela falta de participação efetiva de todos. Não se pode esperar que ela venha pela dedicação apenas de terceiros. Terá que ser reconquistada em todas as frentes, pelo esforço de cada um.



Convênios

A ADUNICAMP entende que sua maior tarefa é contribuir para a consolidação da democracia em nossa Universidade e em nosso país. Nem por isso pretende abandonar suas outras funções, como as que se ligam a criar condições para minimizar os efeitos da crise. Uma das iniciativas neste sentido vem sendo a assinatura de Convênios com supermercados, livrarias, farmácias, etc., que serão brevemente divulgados através de boletins.

Assessoria Jurídica

A ADUNICAMP, através de seu advogado Dr. Carlos Simões, vem prestando apoio aos docentes que desejem impetrar mandado de segurança na Justiça Federal contra o BNH, tendo sido obtidas liminares na maioria dos processos já encaminhados. Continua funcionando também a assessoria em assuntos institucionais, funcionais e trabalhistas.

Expediente

Jornal da ADUNICAMP
Órgão Oficial da Associação de Docentes da
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Cidade Universitária
Fone: 39-1148 (0192)
Caixa Postal 6.158
13.100 - Campinas - SP

DIRETORIA:

Renato Atilio Jorge (Presidente)
Gastão Wagner de Souza Campos (1º Vice-Presidente)
Carlos Henrique Brito de Souza (2º Vice-Presidente)
Oséas Valente de Avilez Filho (1º Secretário)
Kikyo Yamamoto (2º Secretário)
Mário Ferreira Presser (1º Tesoureiro)
Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues (2º Tesoureiro)

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Relton Fracalossi (Reg. nº 13.069)

DIAGRAMAÇÃO: Marcus Vinicius Ozores

CONSELHO DE REPRESENTANTES:

IEL: Eduardo Roberto J. Guimarães
Maria Augusta B. de Mattos
Enid Yatsuda
Tania Maria Alkmin

IFCH: Wilma Costa Peres
Irineu Ribeiro dos Santos
José Bonifácio S. Amaral Filho
Edmundo Fernandes Dias

IMECC: Silvio Alencastro Pregnotatto
Mário A. Gneri
Ricardo Dahab
Ítala Maria L. D'Ottaviano

IFGW: José Antonio Roversi
José Carlos Valladão de Mattos
Julio César Hadler
Miriná Barbosa

Fac. Educação: Helena Costa Lopes de Freitas

Eloisa Mattos Hofling
Raquel Pereira Gandini

Agueda Unhle

Inst. Química: Sebastião Ferreira Fonseca

Francisco Pessini
Célio Pasquini
Eduardo J.S. Vichi

Inst. Biologia: Cláudio Muller
Shirley Recco
Antonio Ari Gonçalves

FEAA: José Sátiro de Oliveira
Maria Angela Fagnani
Maria Lúcia Setina

FEC: Hermano de Medeiros Tavares
Marcelo Moreira Ganzarolli
Luiz Carlos Kretly
João Luiz Horta Neto

Inst. Geociências: Alfonso Sharank
Luiz A. Milani

Raquel D'Andrea
Hildebrando Hermann

FOP(Piracicaba): Roberto José Gonçalves

José Ranali
Alcides Guimarães
Amado Leonízio de Azevedo

Fac. Ciências Médicas: Paulo Eduardo M.R. Silva

Paulo R. de Madureira

Ricardo Barini
Fernando L. Gonçalves

Colégio Técnico: Fernando A. Arantes

Eustáquio G. de Camargo

Marilda S.T. Brotessi

Maria Aparecida
A.P.S. Rodrigues

Institucionalização

A deliberação do Conselho Diretor sobre a institucionalização da Unicamp

INTRODUÇÃO

O Conselho Diretor da UNICAMP concluiu, no final de novembro de 1983, a primeira fase do processo de Institucionalização (composição de Congregações e condicionantes para a instalação do Conselho Universitário) e deverá discutir e deliberar, no primeiro semestre de 1984, as atribuições das Congregações, composição e atribuições do Conselho Universitário — temas que foram objeto de discussão e deliberação do 2º Simpósio da ADUNICAMP, (vide Resultado Final do 2º Simpósio), Estatutos do Servidor da UNICAMP, Carreira Docente, Quadro de Pessoal Docente e Concursos.

A deliberação desta primeira fase foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação no início de dezembro e recentemente, aprovada, devendo ser em seguida promulgada pelo Governador do Estado.

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

Artigo 1º. Os artigos 76, 77 e 78 dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), baixados pelo Decreto nº 52.255, de 30 de julho de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 76. A Congregação, órgão superior do Instituto ou Faculdade, se constitui de membros do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo de Servidores Técnicos e Administrativas”.

“Artigo 77. A constituição da Congregação será representativamente a seguinte:

- I - Diretor da Unidade
- II - Diretor Associado da Unidade
- III - Um (1) dos Coordenadores dos Cursos de Graduação
- IV - Um (1) dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação
- V - Chefes de Departamento
- VI - Representantes do Corpo Docente
- VII - Representantes do Corpo Discente
- VIII - De um (1) a três (3) Representantes do corpo de Servidores Técnicos e Administrativos
- IX - Representantes escolhidos segundo critério estabelecido pela Unidade.

§ 1º. O número de membros da Congregação previstos nos itens



I, II, III, IV, V e VI, não poderá ser inferior a dez por cento (10%) do total de docentes da Unidade.

§ 2º. Os representantes do Corpo Docente, previstos no item VI, serão escolhidos em cada nível funcional da carreira (MS) pelos seus respectivos integrantes, em número igual de no mínimo dois (2) e de máximo (4) representantes por nível, quando os houver.

§ 3º. Por um período de oito (8) anos, a partir da publicação deste Decreto, levar-se-á em conta, nas eleições para a representação docente prevista no item VI, o nível funcional da carreira (MS) em que estiver o docente.

§ 4º. A representação do Corpo Discente prevista no item VII terá número correspondente a um quinto (1/5) dos membros da Congregação.

§ 5º. Além dos membros previstos nos itens I a VIII, cada Unidade poderá incluir outros membros na Congregação, segundo critério estabelecido pelo Instituto ou Faculdade, até o número de dez por cento do total de membros da Congregação que sejam docentes, arredondando-se, para o número inteiro imediatamente superior, a fração que eventualmente se verificar. Se o critério estabelecido pela Unidade ense-

jar o aumento dos integrantes de uma representação eleita, os membros complementários dessa representação serão igualmente eleitos”.

“Artigo 78. O mandato dos representantes do Corpo Docente previstos no item VI é de dois (2) anos e dos representantes do Corpo Discente, previstos no item VII, e o do representante do Corpo de Servidores Técnicos e Administrativos, previsto no item VIII, é de um (1) ano, permitindo uma recondução”.

Artigo 2º. Ficam acrescentados, no título XV dos Estatutos, os artigos 186 e 187.

I - O artigo 186

“Artigo 186. As Congregações se instalarão, nos termos do artigo 77, dentro do prazo de seis (6) meses, a partir da publicação deste decreto”.

Parágrafo Único. Para a sua instalação, a composição de cada Congregação dependerá de aprovação do atual Conselho Diretor, mediante proposta do colegiado provisório de cada Unidade previsto no Parágrafo Único do Artigo 264 do Regimento Geral.

II - O artigo 187

“Artigo 187. O Conselho Universitário somente se instalará

após decorrido o prazo fixado no artigo 186 e mediante deliberação de dois terços (2/3) do atual Conselho Diretor”.

Parágrafo Único. Previamente à instalação do Conselho Universitário, o atual Conselho Diretor deliberará sobre as seguintes questões:

- I - Atribuições da Congregação
- II - Composição e atribuições do Conselho Universitário
- III - Estatuto do Servidor da UNICAMP
- IV - Carreira Docente
- V - Quadro do Pessoal Docente e concursos.

Os artigos 3º e 4º desta alteração estatutária são aplicáveis ao Regimento Geral e repetem os artigos 1º e 2º, aplicáveis aos Estatutos da UNICAMP.

Artigo 5º. Os cargos de Diretor de Unidade, Diretor Associado, Chefe de Departamento e Coordenador de Curso serão exercidos por professores que possuam um destes títulos: Doutor, Livre-Docente, Adjunto ou Titular.

Artigo 6º. O artigo 175 dos Estatutos e o artigo 258 do Regimento Geral passam a vigorar com a seguinte redação:

“Enquanto a Universidade não contar com o Conselho Universitário regularmente instalado nos termos dos artigos 187 dos Estatutos e 273 do Regimento Geral, as funções do Conselho Universitário e do Conselho Diretor, previstos nos artigos 42 dos Estatutos e 78 do Regimento Geral, serão exercidas por Conselho Diretor, na forma dos artigos 26 e 27 da Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, com a redação dada, respectivamente, pelas Leis nº 9.715, de 30 de janeiro de 1967, e nº 10.214, de 10 de setembro de 1968.

Artigo 7º. A aplicação de artigos dos Estatutos e do Regimento Geral, correlacionados com a matéria de que trata este Decreto, será feita em consonância com as alterações ora introduzidas.

Artigo 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário e, especificamente, os artigos 183, 184 e 185 dos Estatutos, os artigos 269, 270 e 271 do Regimento Geral e o artigo 4º do Decreto nº 20.932, de 20 de maio de 1983.

Pelas eleições diretas já

A Diretoria

Nas discussões sobre a Institucionalização e Democracia na Universidade, podem ser distinguidos dois tipos de abordagens, a que se refere à questão acadêmica propriamente dita e à questão do poder. Estes dois tipos de abordagem são interligados, influenciando e caracterizando as diferentes correntes de opinião. Isto tem se verificado também nas discussões sobre a Carreira Docente e especificamente também no que se refere à Livre-Docência.

O segundo Simpósio da ADUNICAMP sobre Institucionalização e Democracia deliberou por uma carreira de quatro (4) níveis, sem contudo especificar os sub-níveis horizontais desta carreira e os mecanismos de promoção. São bastante fortes as resistências da USP e UNESP contra esta profunda alteração da carreira, de seis (6) para quatro (4) níveis.

Um exemplo claro desta resistência pode ser verificado na entrevista do Reitor da USP, Prof. Hélio Guerra, na Folha de São Paulo de 14/11/83. Para o Reitor da USP, a democratização nada mais é que uma reforma administrativa ("Eu coloquei o problema da democracia num contexto administrativo, concreto e prático"). Nesta visão, o poder continuaria concentrado ao nível dos professores titulares (na USP, e também na UNESP, as Congregações são compostas por todos os titulares e por um representante de cada um dos demais níveis da carreira) e a "democratização" seria definida apenas por uma suposta agilização da burocracia, e dos mecanismos de decisão. Na UNESP, a sua rigidez institucional não indica perspectivas muito melhores.

As argumentações de natureza acadêmica, especialmente contra a eliminação ou ainda a transformação da Livre-Docência em um título de acesso opcional, independentemente dos níveis da carreira, fundamenta-se principalmente na assim denominada importância tradicional deste título. Este consistiria num atestado importante da afirmação profissional do docente.

Dada a polêmica em torno da questão da Livre-Docência, a ADUNICAMP está encaminhando uma discussão específica sobre o tema. Considerando-se as resistências maiores na USP e na UNESP, a diretoria da ADUNICAMP entende que a par de um trabalho conjunto com as outras duas AD's, é importante prever uma solução viável, num prazo menor para a UNICAMP.

Em função da avaliação acima, a diretoria da ADUNICAMP está propondo duas formas de encaminhamento, que não são mutuamente excludentes:

1 - Alteração nos critérios do concurso de Livre-Docência.

Na UNICAMP, tem se verificado que em muitos casos, a prova de defesa de tese não é compatível com o tipo de pesquisa executado em grupo, onde predomina o trabalho coletivo. A proposta da Diretoria da ADUNICAMP sobre a alteração nos critérios do concurso para Livre-Docência, leva em consideração tanto a pesquisa elaborada coletivamente, quanto a que é elaborada individualmente. Assim, o Professor Assistente-Doutor, ao candidatar-se ao título de Livre-Docente, poderá optar ou pela defesa de tese original ou pelo conjunto da produção intelectual após o doutoramento (trabalhos individuais e/ou com participação de outros pesquisadores) apresentado para este fim. As demais provas no concurso, a de títulos e a didática, são mantidos. *(vide art. 177, § 2º 2 § 3º).

2 - Discussão sobre a carreira docente

A ADUNICAMP continuará promovendo não apenas o debate interno sobre os níveis da carreira docente; este debate será ampliado na USP e na UNESP através da ADUSP e da ADUNESP. No dia 24 de maio está programado na USP uma mesa-redonda sobre a carreira docente com a participação das três entidades.

Capítulo III Da Livre-Docência

Artigo 176. O nível de Professor Livre-Docente será atingido pelo Professor Assistente Doutor que, através de concurso de provas e títulos, obtiver o título de Livre-Docente.

Artigo 177. O Título de Livre-Docente será obtido por graduado em curso superior, portador do título de Doutor, que demonstre, em concurso de provas e títulos, a necessária capacidade cultural, técnica ou científica, além de predicados didáticos.

§ 1º. O concurso para a Livre-Docência será aberto para as disciplinas ou conjunto de disciplinas da Universidade, no início de cada ano letivo, e nele poderão inscrever-se os diplomados por estabelecimento de ensino superior, portadores de título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição.

§ 2º. O concurso de Livre-Docência constará de:

- 1 - prova de títulos;
- 2 - prova didática;
- 3 - prova de defesa

de tese ou avaliação do conjunto da produção intelectual do candidato após o seu doutoramento, apresentado para este fim.

§ 3º. O concurso de provas e títulos será realizado perante comissão julgadora constituída de cinco (5) membros aprovados pelo Conselho Diretor, por indicação da Congregação de cada Unidade, entre especialistas de renome da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, dois (2) dos quais serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores titulares, professores adjuntos ou professores livre-docentes em exercício na Universidade e os três (3) restantes

escolhidos entre professores dessas categorias pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas ou científicas do país ou do exterior.

§ 4º. A Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, avaliará os seus títulos, emitindo parecer circunstanciado, merecendo realce sua criatividade na ciência e suas qualidades como professor e orientador de trabalho.

§ 5º. Cada examinador atribuirá uma nota de zero (0) a dez (10) aos títulos do candidato.

§ 6º. No julgamento de títulos, serão considerados cada um dos itens abaixo, por ordem decrescentes de valor:

- 1 - atividade envolvida na criação, organização, orientação, desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa e atividades científicas e culturais relacionadas com a matéria em concurso;
- 2 - títulos universitários;
- 3 - atividade didática;
- 4 - diplomas e outras dignidades universitárias acadêmicas.

§ 7º. A prova didática versará sobre o programa de disciplinas ou conjunto de disciplinas ministrados na Universidade nos cursos de graduação, no ano anterior ao concurso e nele o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

§ 8º. A matéria para a prova didática será sorteada com vinte e quatro (24) horas de antecedência, de uma lista de pontos organizada pela Comissão Julgadora.

§ 9º. A prova didática terá a duração de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos e nela o candidato deverá desenvolver o assunto do ponto sorteado, vedando-se a simples leitura do texto da aula, facultando-se-lhe, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos a serem utilizados na exposição.

§ 10º. Ao final da prova cada examinador atribuirá ao candidato nota de zero (0) a dez (10).

§ 11º. Os membros da Comissão Julgadora, para emitirem o seu julgamento, sobre as provas de títulos, mencionados no item 1, do § 2º, deste Artigo, terão prazo de vinte e quatro (24) horas.

§ 12º. O Julgamento das demais provas far-se-á imediatamente após o seu término.

§ 13º. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalhos de pesquisa original e ter sido integralmente realizada com recursos existentes no país, o que demonstrará sua capacidade em criar meios de pesquisa, ou de utilizá-los para a realização de pesquisas originais, quando tais meios existam.

No caso do candidato optar pela apresentação do conjunto de

sua produção intelectual realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos deverá ser organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato bem como a originalidade de suas pesquisas.

§ 14º. Cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de zero (0) a dez (10), levando-se em conta o conteúdo da tese ou o conjunto de sua produção intelectual e a capacidade do candidato em discutí-la.

§ 15º. A nota final de cada examinador será a média aritmética entre a nota por ele atribuída na prova de títulos, a nota atribuída à prova didática e a prova de defesa de tese ou do conjunto de sua produção intelectual.

§ 16º. Os candidatos que alcançarem, de três (3) ou mais examinadores a média mínima sete (7,0), serão julgados habilitados à livre-docência.

§ 17º. O parecer da Comissão Julgadora, sendo unânime ou contendo quatro assinaturas concordantes, só poderá ser rejeitado pelo Conselho Diretor mediante o voto de dois terços (2/3), no mínimo, do total de membros.

§ 18º. Se o parecer contiver somente três (3) assinaturas concordantes poderá ser rejeitado por maioria absoluta do total dos membros do Conselho Diretor.

§ 19º. Do Julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para o Conselho Universitário.

DOCÊNCIA

A Livre-Docência e o Olimpo

Hélio Waldman *Diretor da FEC*

“Por estranho que pareça, o poder do que é considerado como conhecimento erudito é maior na maioria das comunidades selvagens, e diminui constantemente à medida que progride a civilização. (...) São necessários vinte anos de estudos para obter o grau de doutor na Universidade de Lhasa, o que é exigido para todos os postos superiores, exceto o de Dalai Lama”.

Bertrand Russell

A cada quatro anos, o mundo já se acostumou a assistir ao espetáculo das Olimpíadas. Ao lado de feitos que granjeiam a admiração de todos, aparecem algumas aberrações que provocam espanto e perplexidade. Em certas modalidades masculinas, o perfil do corpo humano, tão celebrado pelos artistas de todos os tempos, se faz substituir por grotescos montes de músculos. Em outras femininas, a identidade sexual acaba ficando por conta de sofisticados exames de laboratório, não sendo mais aplicável o saboroso reconhecimento visual. Em todas as modalidades, o corpo humano é trabalhado até atingir extremos de velocidade, impulso, força, etc., não raro perdendo neste processo a harmonia e o equilíbrio que fazem a beleza do gênero.

Se a busca da excelência no campo do saber científico fosse apenas uma questão de afirmação nacional, como é o caso das Olimpíadas, nada obstaria a que ela seguisse a mesma linha. Poderíamos manter um seleto número de cientistas a produzir teses e mais teses, dirigindo-as cada vez mais para o cultivo das mais capilares especializações e do mais hermético saber individual, até chegar ao saber recôndito dos místicos e dos eruditos. As deformações resultantes ficariam restritas aos protagonistas dessa aventura (ou desventura) intelectual, sem ameaçar a nós leigos, que poderíamos seguir curtindo aquele saber genérico de todos os dias e de todos nós, enquanto nos deleitássemos com as proezas mentais dos nossos sábios-atletas.

Acontece que isso não é recomendável. Na organização da moderna sociedade nacional, o saber científico e tecnológico tem um papel central. Não é questão de vaidade, mas de soberania. Por isso, sua produção não pode ficar sujeita a desvaneios olímpicos (nos diversos sentidos desta palavra). Ela gera uma nova cultura que nos conforma — ou deforma — a todos.

É tarefa da Universidade a construção do saber, mas não para si

mesma, e sim para o domínio e usufruto de todos. Por isso, individualizar o processo de produção científica, evitando a colaboração de colegas, orientadores ou orientados, nos parece um esforço pífio, do qual não se pode esperar bons resultados, nem mesmo no sentido olímpico que geralmente inspira essas empreitadas solitárias.

O sistema brasileiro de pós-graduação já exige dos candidatos uma Tese de Mestrado, ao contrário do que ocorre em outros países. Como exercício capaz de familiarizar o jovem pesquisador com o método científico, a Tese do Mestrado parece se justificar em nosso meio, ao menos na maioria dos casos. Em seguida, no Doutorado, o pesquisador deve apresentar outra Tese, já agora uma contribuição original ao conhecimento, autêntica iniciação à maturidade na atividade científica. Em ambas essas Teses, o candidato trabalha junto a um orientador, o que geralmente pressupõe sua integração numa equipe.

No contexto da construção de um saber coletivo, o que se pode esperar de um jovem doutor é a sua participação, em níveis crescentes de responsabilidade e iniciativa, na produção acadêmica do seu Departamento, tanto através da docência como da pesquisa, duas facetas inseparáveis do processo de produção de conhecimento. Em nenhuma atividade, docência e pesquisa se fundem de forma tão feliz como na orientação de teses, na organização de novas linhas de pesquisa.

Ao invés de prever esse engajamento crescente dos novos doutores nas atividades de pesquisa do Departamento, nossos atuais Estatutos prescrevem a elaboração de mais uma Tese, a de Livre-Docência, agora com forte conotação individual. A não ser no sentido atlético-olímpico já discutido acima, esse tipo de doutrina pouco tem a oferecer no sentido de incrementar a produção de conhecimento na Universidade.

A ADUNICAMP está apresentando uma proposta de reforma estatutária pela qual é facultado ao candidato já doutorado, no concurso de Livre-Docência, substituir a Tese pela apresentação do conjunto de sua produção intelectual após o doutoramento. É uma proposição muito positiva, que deverá liberar um grande espaço, na vida acadêmica, para o exercício da vitalidade e da criatividade dos nossos jovens doutores. Deve ser apoiada por todos que desejam uma Universidade mais chegada e mais produtiva, ainda que menos olímpica.

Modelos de ascensão das carreiras docentes

Marcus G. Zwanziger *Diretor do IFGW*

A carreira docente na UNICAMP é, no que diz respeito aos vínculos de emprego, modos de ingresso e ascensão, direitos e deveres dos docentes dos vários níveis, a que, dentre as Universidades paulistas, mais se assemelha de fato, se bem que ainda não de direito, à estrutura e a dinâmica convencional das Universidades Autárquicas Federais.

Os ocupantes de cada nível da carreira não são mais distinguíveis com relação a direitos e deveres funcionais, qualquer que tenha sido o modo de ingresso ou ascensão ao nível (contrato, ou promoção por mérito ou por concurso, ou termo de vínculo de emprego, seja este Estatutário ou Celetista, do quadro permanente ou do temporário, etc.). As distinções entre indivíduos do mesmo nível da carreira são tão somente de natureza pecuniária e de estabilidade de emprego, e ainda assim as vantagens e desvantagens são substancialmente equivalentes. O importante é que os níveis de carreira correspondem a experiências profissionais bastante definidas, atestadas por currículos ou títulos.

Essa simetria entre os ocupantes de um mesmo nível é a essência do equilíbrio social hoje existente nas Unidades Federais. Este princípio básico de isonomia profissional, social e política dentro da UNICAMP está em pauta de discussão pelo Conselho Diretor, e poderá tornar-se lei no Estatuto do Servidor da UNICAMP em breve.

A UNICAMP tem permitido a suas Unidades manifestação de preferência distintas quanto aos dois modelos de ingresso e ascensão à carreira docente. Temos tido ingresso e ascensão por: 1) análise de mérito “interna corporis” ou 2) concurso público.

Ambos modelos permitiram, provavelmente com igual dose de acertos e enganos, a seleção de uma das melhores equipes profissionais universitárias do país. Merecem portanto os nichos ecológicos conquistados darwinianamente. Exemplificando a situação atual, na FCM prefere-se o concurso público; no IFGW, a análise de mérito pelos superiores hierárquicos. Ambas as unidades estão satisfeitas (e são zelosas!) com seus modelos, e, afortunadamente, não pretendem interferir no nicho alheio. Constata-se que o processo seletivo adotado é questão de costume, e o resultado positivo é o que interessa: FCM e IFGW orgulham-se de seus corpos docentes, criteriosamente estruturados e burilados, que criaram, por sua vez, as excelentes reputações das respectivas Unidades.

Ainda assim, alguns aperfeiçoamentos nos processos seletivos demonstraram-se desejáveis para corrigir deficiências constatadas. Por exemplo, há dois anos a Reitoria criou a C.E.C., como organismo homogeneizador dos pedidos de promoção e contratação por mérito. A CEC tem

atuado como um “Banco Central”, equilibrando os critérios seletivos distintos formulados por Unidades de estruturas e necessidades tão variadas como, cigamos, as da FEC e do IA. Por outro lado, o modelo canônico de concurso público peculiar das Universidades paulistas é regulado pelos Estatutos e Regimentos destas. Após a implantação da CEC, muitas unidades estabeleceram ou aperfeiçoaram suas próprias Comissões de Contratos docentes, para examinar criteriosamente, e com memória institucional, os ingressos e ascensões por mérito propostas pelos Departamentos. Essas comissões tendem a atuar com o rigor, minúcia e isenção de ânimo de bancas de concurso público. É o caso da Comissão de Contratos Docentes do IFGW.

Para o mecanismo do concurso público ao título e cargo de livre-docente (MS-4), propôs-se, há pouco tempo, uma modificação das exigências. Cogita-se em aceitar, alternativamente a uma tese original e individual do candidato, uma súmula comentada dos seus principais trabalhos de pesquisa realizados após a obtenção do título de Doutor. É uma proposta inteligente, quando não pelo argumento econômico: o docente não necessita mais isolar-se ou reservar-se longo tempo para produzir uma tese original e individual, em detrimento de suas demais responsabilidades no caso de ser membro de uma equipe de pesquisa (situação comum hoje em dia). O aspecto elegante desta proposta é justamente seu caráter de simetria, pois a avaliação da produção intelectual integrada do Professor Doutor MS-3 é uma das pedras angulares do mecanismo de avaliação de mérito para promoção ou contratação em uso em muitas Universidades. Ao aprovar essa alternativa, o Conselho Diretor da UNICAMP estaria aprovando a coexistência e correspondência dos mecanismos paralelos mencionados: avaliação pelos pares x concurso público. Tal proposta conta com a simpatia dos docentes do IFGW, mesmo que estes não venham a fazer uso freqüente do mecanismo da Livre-Docência para promoção ao nível MS-4. De resto, feita a equivalência dos processos de ascensão a MS-4 (lembro que o mecanismo para ascensão a MS-3 é automático), a promoção a este nível deve tornar-se com o tempo um processo mais rotineiro, pois, assim como o perfil do “Doutor” (jovem - cientista - independente), o de “Livre-Docente” (Doutor-com-lastro) é bem definido e inequívoco.

Encerrando, quero destacar que o título de “Livre-Docente”, obtido por concurso público junto com a vantagem pecuniária e estabilização do emprego no regime autárquico ao nível MS-4, não tem sido cobiçado “per se”, no IFGW. Somos partidários dos fatos: “Quem tem aspecto de gato, reputação de gato, e age como gato, é gato”.

A Unesp na Praça da Sé: farsa x eleições

Telmo Correia Arrais

Na manhã de 15 de fevereiro último, um grupo de professores e alunos dos diferentes campi da Unesp aguardava ansioso o anúncio da lista sêxtupla para reitor, que estava sendo votada pelo Colégio Eleitoral. A expectativa geral era ver entre os seis mais votados o nome do Prof. William Saad Hossne, que vencera, com larga margem de votos, a consulta imposta à comunidade pela Reitoria, a fim de que o Colégio Eleitoral pudesse orientar-se quanto às preferências do corpo universitário.

Espera vã. O resultado espelhou as manobras do príncipe no afã de manter a Unesp nas mesmas mãos que mantêm o poder desde o seu início. E a Praça da Sé se viu fulminada em seus anseios e clamores por uma prática efetiva do exercício democrático. As vozes do gigantesco comício de 25 de janeiro não fizeram eco no salão do 6º andar da Reitoria.

Mas, tentemos desvendar a trama. O Colégio Eleitoral da Unesp é constituído pelo Conselho Universitário — C.O. (35 membros) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade — CEPE (11 membros). Em ambos falta a representação estudantil, impedida até hoje sob as mais descosidas alegações. A grande maioria dos conselheiros é produto da escolha direta do reitor: 22 diretores de institutos e faculdades no C.O., quatro presidentes de câmaras no CEPE. A representação das categorias docentes é mínima e desproporcional, com os titulares em franca vantagem numérica. Como os representantes docentes são conduzidos por eleições indiretas (votados por delegados de cada categoria) e dado o grande domínio da Reitoria sobre os titulares e adjuntos, pode-se dizer que o reitor controla metade da representação docente. O corpo técnico-administrativo tem um único representante no C.O., comumente funcionário de alto nível e de

confiança do reitor. A participação dos representantes das Federações da Agricultura, do Comércio e da Indústria é inconstante e quase simbólica.

Diante desse quadro, em que se patenteia o grau de poder em mãos do reitor, é de indagar o porquê de sua proposta de consulta à comunidade, aprovada pelo C.O. e baixada pela Resolução 36/83, de julho passado. É de crer que os objetivos foram de natureza política. Primeiramente, tratava-se de dar à Unesp um instrumento de democratização interna pioneiro no conjunto das universidades brasileiras. E esse seria um ponto de afinção do reitor com o recém-empossado governo democrático de São Paulo. Em segundo lugar, seria um instrumento capaz de barrar o afã de eleições diretas que grassava por todos os campi da Unesp, além de dar à Reitoria a vantagem de tomar a iniciativa do processo. Em terceiro lugar, e talvez mais significativamente, seria essa a forma de buscar legitimação para continuar no poder.

O raciocínio é simples. Com um processo controlado pela reitoria, seria fácil colocar toda a máquina administrativa e dirigentes a serviço de seus interesses eleitorais, podendo conquistar a maioria de votos em pelo menos dois segmentos. É certo que haveria o incontrolável corpo de alunos, mas ainda sobriariam dois segmentos — funcionários e docentes — em que a vantagem parecia segura. Pensava-se, além disso, que a atomização de votos dados a nomes de expressão apenas local favorecia os candidatos que aparecessem como conhecidos em toda a Unesp, o que era possível em relação aos nomes do reitor e vice-reitor, pelo menos. Assim, uma lista sêxtupla em cada segmento — alunos, funcionários e docentes — deveria conter como mais votados os nomes conhecidos em toda a Unesp e pouco votados os nomes sem penetração em todos os campi. Essa a lógica dos arquitetos da Resolução 36/83.

O surpreendente vigor, entretanto, das eleições diretas, com o comparecimento de 70% da comunidade da Unesp às urnas, e a vitória inquestionável do Prof. William Saad Hossne, levaram os donos do poder a sair em campanha, com uma nova estratégia: a formação de uma chapa "sitacionista" com seis nomes, alguns deles substituídos neste ou naquele campus por nomes locais. Era uma espécie de composição da dobradinha Armando Ramos — Rafael Rolfsen com nomes que mais poderiam favorecer, em cada campus, a conquista de votos para a situação. Nos discursos de campanha, nenhuma visão arejada de universidade, nenhum programa, nenhum compromisso com um destino maior da Unesp; apenas a prática do aliciamento do voto pela concessão de benefícios (Regime de Atividade Acrescida para funcionários, o que representa o acréscimo de 1/3 aos salários normais), que não poderiam ser garantidos sem a continuidade administrativa; ou o apelo para que fossem sufragados, pois não tinham mais condições de voltar ao trabalho docente, além de perderem as vantagens pecuniárias do cargo. Esta última questão, aliás, foi logo resolvida por um autêntico passe de mágica: na última reunião do C.O. em fins de janeiro passado, foi aprovada a incorporação da gratificação de representação aos salários de dirigentes após 5 anos de função administrativa, mesmo depois de deixarem a administração. Um verdadeiro "Marinzão" de presente aos diretores da Unesp...

(Temo estar ferindo a "autocracia" universitária. Não a "autonomia", pois que essa tem sido apenas usada como pretexto para legislar na Universidade em função de interesses pessoais e de grupos).

Mas, voltemos à consulta feita de acordo com a Resolução 36/83. A comunidade queria mudança e sufragou o nome de

William Saad Hossne, com 4.657 votos (mais de 57% do total), sendo bem votado também o Prof. Nilo Odália, com mais de 1.600 votos. Nada oficiais, nada situacionistas. Que fez o Colégio Eleitoral? Jogou a consulta na lata do lixo. Ou melhor, aproveitou os nomes dos figurantes de 2º e 3º planos, sem representatividade alguma. Vejamos: votaram 8.123 eleitores. Armando Otávio Ramos obteve 2.313 votos, cerca de 28% do total; Raphael Lia Rolfsen, 1.623 votos, cerca de 20% do total; José Carlos de Souza Trindade, 1.205 votos, perto de 15%; José Bonifácio Fonseca, 1.021 votos, pouco mais de 12%; Walderley José de Mello aparece apenas na lista de funcionários, com 735 votos; Wilson Abrão Saad, 103 votos, não chega a 1,3% do total! Ah, sim, Wilson Saad nem era candidato, apenas um semi-homônimo de William Saad. Confusão de nomes na votação de alunos. E o colendo Colégio desferiu mais uma provocação cínica: "Não queriam o Saad na lista? Pois aí o têm." Foram 31 votos absolutamente fechados, idênticos, em torno dos mesmos seis nomes; Saad Hossne, 13 votos. Sem qualquer discussão prévia, nem de questões de ordem ou de encaminhamento. Eis no que deu a pregação do Sr. Reitor sobre "coerência e credibilidade" na proposta de consulta pela Resolução 36/83 (leia-se seu artigo de 19 de novembro último, publicado na "Folha"). O "pequeno grupo de radicais" (a expressão é do Reitor) constitui uma maioria da Unesp que não quer vê-la correr o risco de continuar dirigida por pessoas que tratam a universidade como propriedade pessoal. O reitor, que tanto temia que o pequeno grupo de radicais pudesse desestabilizar o governo Montoro, acaba de colocá-lo num afrontoso e provocativo impasse.

A comunidade espera que seja resgatado, pelo governo democrático de São Paulo, o símbolo de esperança da Praça da Sé.

Atividades de pesquisa na Unicamp

Carlos Henrique de Brito Cruz
IFGW - Diretor da ADUNICAMP

No final de 83 foi divulgado na Universidade uma publicação da Reitoria intitulada "Atividades de Pesquisa desenvolvidas em 1982", composto de uma extensa lista de artigos, teses, livros, trabalhos apresentados em conferências, produção artística, e a tabela síntese reproduzida abaixo. Aparentemente esta é a primeira vez que a UNICAMP se preocupa em uma atividade mais sistemática de auto-avaliação. Neste sentido é um avanço qualitativo importante e por isso deve ser continuado e aprimorado. A idéia de que a Universidade precisa periodicamente se avaliar, corrigir seus pontos fracos e reforçar seus pontos fortes é essencial para que ela possa cumprir sua função na sociedade e ser, desta forma, mais valorizada como instituição útil e necessária.

Uma vez compilados os dados (ou uma parte deles), trata-se agora de realizar a parte mais importante da pesquisa científica: sua crítica, interpretação e as conclusões que nos permitam avançar. Por exemplo, como resultado global a média de artigos publicados por profes-

sor ficou em torno de 0,4. Tendo em vista as condições de contorno (que estão ainda por serem explicitadas) como pode ser qualificado este resultado? O que pode ser feito especificamente em cada unidade para melhorá-los? Muito importante também é considerarmos como podemos levar em conta a atividade de pesquisa que não se transforma diretamente em artigos ou teses ou outros itens facilmente quantificáveis. Em muitas áreas de pesquisa este tipo de atividade consome um tempo não desprezível de trabalho dos docentes, especialmente nas condições de atraso tecnológico e dificuldades de importação, bem nossas conhecidas. A avaliação da nossa pesquisa não pode ser completa se for baseada exclusivamente em publicações realizadas principalmente em revistas internacionais, onde com raríssimas e honrosas exceções quem dá a tônica e de certa forma determina o que é cientificamente importante certamente não somos nós. Ou, mesmo quando o critério de avaliação for este, é importante explicitá-lo para que os resultados sejam considerados corretamente aos métodos de sua

obtenção: (Porque razão, por exemplo, alguns institutos não incluíram na publicação os trabalhos apresentados nos Congressos da SBPC?).

Neste contexto, me parece que a evolução natural deste documento de avaliação de atividades seria a inclusão de itens que permitissem ver mais claramente as particularidades de cada unidade, considerando objetivos de pesquisa, atividades de suporte desenvolvidas, resultados atingidos, dificuldades encontradas (mais ou menos no espírito daquilo que ensinamos na primeira aula de lab. Física como sendo um relatório exemplar). É comum em instituições respeitáveis de pesquisa a elaboração de um relatório anual de atividades, onde além de pontos facilmente quantificáveis são descritos estes outros itens, (incluindo atividades de ensino, pós-graduação, prestação de serviços) de forma que através deste documento se pode ter uma razoável idéia da história e da evolução da instituição.

Três exemplos importantes são o Instituto Max Planck, o Lawrence Livermore Laboratory e o Los Alamos National La-

boratory, em cujos relatórios anuais são discutidos mesmos aspectos técnicos dos projetos desenvolvidos, sendo frequentemente citados na literatura científica. Algumas unidades ou grupos de pesquisa da UNICAMP já produzem atualmente documentos nesta linha e seria importante estudar estas experiências, estimulá-las e melhorá-las. Por exemplo, o projeto submetido à FINEP periodicamente pelo Instituto de Física é uma razoável radiografia do Instituto, embora se atenha mais (pois é um plano de pesquisa) ao que será feito do que aos resultados e atividades anteriores. O Grupo Interdepartamental de Física Teórica elabora também, periodicamente, um descritivo de atividades e projetos em curso, circulando entre a comunidade de pesquisa na área no Brasil.

É importante dar continuidade à discussão suscitada pelo "Atividades de Pesquisa de 1982", com a finalidade de tornarmos mais eficiente o nosso trabalho. Para isto é fundamental a contribuição de todos ao debate, de modo que possamos começar a ver melhor a floresta inteira, em vez das árvores.

Tabela: Relação do número de trabalhos publicados no ano de 1982

UNIDADES	ARTIGOS	LIVROS	APRE SENT. CONGR.	PRODUÇ. ARTIST.	TESES	TOTAL TRABALH.	N. DOC. RTP	N. DOC. RTC	N. DOC. RDIDP	TOTAL DOCENTES
FQM	48	00	42	05	07	102	27	108	170	300
FEV	12	04	62	41	44	165	29	09	188	170
FEAA	39	09	09	08	26	91	07	19	88	109
FOP	49	01	25	15	11	101	05	32	58	90
IR	67	03	208	21	31	330	05	09	189	153
IFGW	110	00	30	00	12	152	08	08	158	159
IFTH	48	08	09	02	22	119	05	14	108	122
IMEV	25	05	11	00	52	88	10	07	133	150
RJ	52	02	217	35	22	338	02	01	65	68
FE	33	11	09	00	14	67	09	40	50	99
FEI	82	25	10	00	05	127	00	29	36	85
TOTAL	582	68	682	127	246	1.685	96	266	1.143	1.505

A Universidade na geração de tecnologia

Amlcar O. Herrera

Em um período de transformação como o que estamos vivendo — em suma, uma crise — é natural que se questione a validade e o papel de todas as instituições sociais, e a universidade não é uma exceção. Assim, gerou-se, sobretudo nos países em desenvolvimento, uma viva polêmica sobre o que é ou deve ser uma universidade.

Como se sabe a universidade, como toda instituição social, tem evoluído através da história. Nesse sentido não se pode dizer que exista algo que podemos chamar **A UNIVERSIDADE**, com um conteúdo, estrutura e funções imutáveis, que possa ser tomado como paradigma do que deve ser uma universidade. As instituições que nascem na Idade Média vão-se transformando em função da evolução das sociedades que estão imersas, e a universidade atual se parece muito pouco com as primeiras escolas criadas para educar os sacerdotes e monges, num nível superior ao das escolas monásticas tradicionais. Em cada uma das etapas dessa longa trajetória o motor da transformação foi a mutante demanda social.

O caráter desse processo não variou, no essencial com o tempo. A diferença mais importante em relação ao passado é que, a partir da segunda fase da Revolução Industrial, o processo de mudança social se acelera de maneira exagerada, o que faz com que se torne difícil para a Universidade adaptar sua estrutura e objetivos com rapidez suficiente para responder às mudanças nas demandas da sociedade. Somente neste século é que as universidades dos países centrais conseguem responder, mais ou menos adequadamente, às demandas de conhecimento e formação de recursos humanos que requer a moderna sociedade industrial.

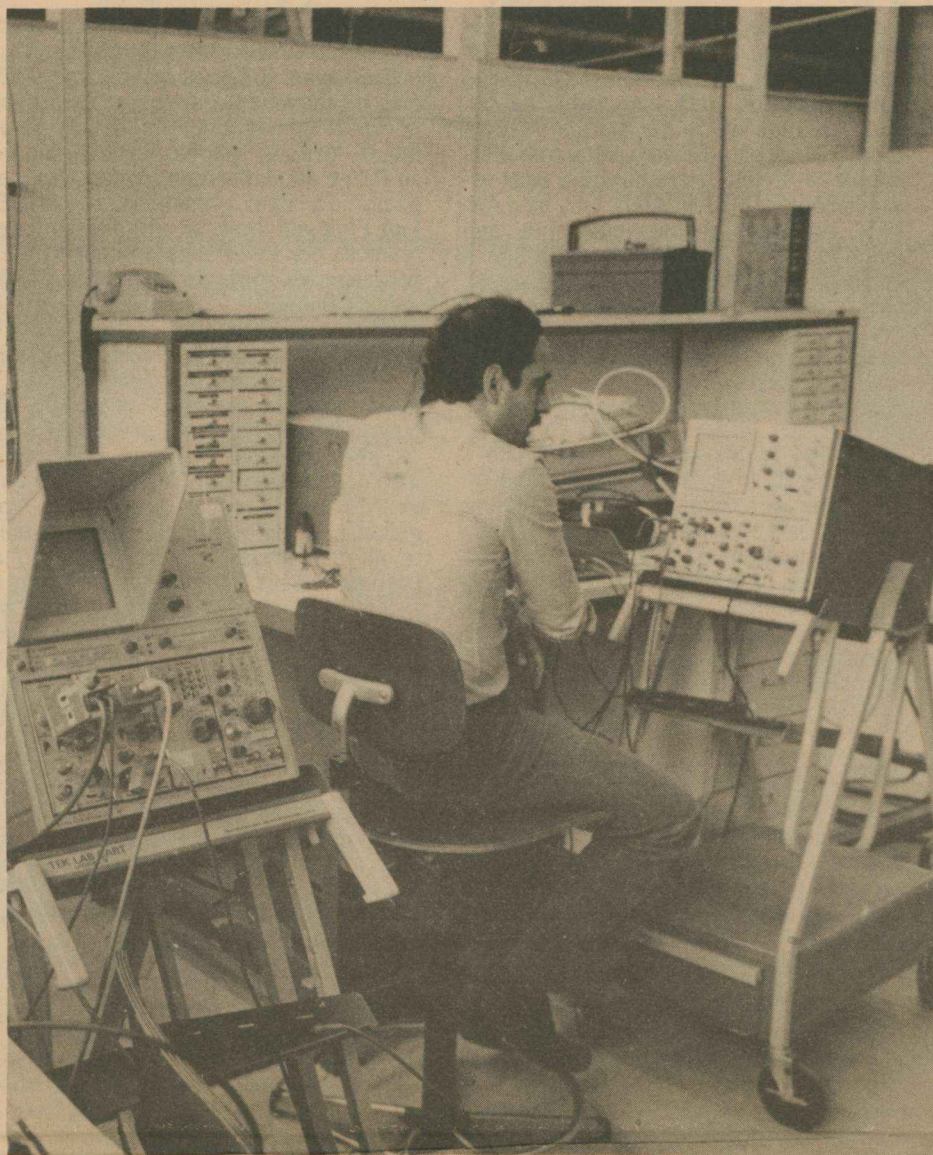
A resposta tem sido ainda mais lenta em nossos países; não tanto porque não se tenham "modernizado", mas porque têm-se baseado no modelo dos países centrais, nem sempre o mais adequado para nossas necessidades específicas.

Creemos entretanto que, para determinar como deve ser uma universidade em nosso meio, devemos identificar quais são as demandas sociais que a universidade deve satisfazer, tendo em conta suas características específicas. Este procedimento — mais do que tratar de definir uma universidade ideal, padrão é o que nos permitirá construir gradativamente a universidade mais adequada para este período histórico.

Neste sucinto artigo não pretendemos explorar todas as dimensões do problema. Limitar-nos-emos a um dos temas mais discutidos no que se refere aos objetivos da universidade: sua contribuição para a geração de tecnologia.

Para avaliar o papel da Universidade na geração de tecnologia deve-se ter em conta três elementos básicos. Em primeiro lugar, a crise mundial que estamos vivendo; em segundo lugar, o fato de que o Brasil é um país situado no chamado Terceiro Mundo; e em terceiro lugar as características que distinguem a Universidade atual.

Do ponto de vista econômico, a crise representaria a parte descen-



dente de um dos "ciclos longos" de Kondratiev-Schumpeter, caracterizado pelo começo de uma recessão de longo prazo, acompanhada do surgimento de um grupo de inovações tecnológicas que transformarão profundamente a estrutura do sistema produtivo.

As grandes ondas de inovações tecnológicas anteriores modificaram todo o perfil do sistema produtivo, desde a base energética até o conjunto de produtos finais. A presente onda — através da automatização e da robotização — afetará principalmente a organização e o processo de trabalho, numa profundidade que nenhuma das anteriores alcançou. Além disso, o avanço da telemática e da informática em geral pode introduzir — associado à robotização e à automatização — profundas modificações na divisão do trabalho a nível internacional.

O anteriormente exposto significa que a absorção das novas tecnologias implicará em mudanças radicais tanto na organização econômica e social dos estados nacionais, como no sistema internacional. É difícil prever qual será o caráter exato dessas mudanças, mas restam poucas dúvidas que o período de transição será duro e difícil.

Esse processo de transição será particularmente traumático para os países em desenvolvimento, como o caso do Brasil. Isto se vê claramente, considerando-se o caso da automatização. A maioria dos países desenvolvidos já alcançaram taxas de desemprego da ordem de 10 — 15%, apesar de terem alta capacidade de geração de capital, baixo crescimen-

to demográfico e de não possuírem desemprego estrutural. Fora alguns fatores conjunturais, e portanto transitórios, a causa principal do desemprego é o fato de que a quantidade de mão-de-obra necessária torna-se cada vez menor para produzir a mesma quantidade de bens e serviços. No caso dos países em desenvolvimento, com baixa capacidade de geração de capital, alta taxa de crescimento demográfico e desemprego estrutural persistente, o impacto das novas tecnologias, sem uma estratégia sócio-econômica adequada para absorvê-los, pode gerar uma verdadeira catástrofe social. Na ordem externa, se também adotarem uma posição passiva, os países do Terceiro Mundo podem agravar ainda mais sua condição de proletariado marginal de uma divisão do trabalho controlada pelos países centrais.

É óbvio que a estratégia sócio-econômica e internacional que requerem os países em desenvolvimento para enfrentar com êxito o processo de transformação, não pode basear-se — como quase sempre foi feito no passado, com as consequências negativas conhecidas — numa simples cópia da estratégia dos países industrializados, dado que as condições iniciais são radicalmente diferentes. Isso significa que deverão criar suas próprias estratégias sem ajuda externa, e numa situação essencialmente nova, para a qual não existem precedentes no passado.

Podemos ver agora qual pode, ou deve, ser o papel da Universidade, num país como o Brasil, frente a essa problemática. Este papel está determinado por três características fun-

damentais da Universidade: a primeira é que, devido ao princípio de liberdade acadêmica e ao fato de sua atividade de pesquisa não estar ligada diretamente às demandas do sistema produtivo, pode dedicar parte considerável de seu esforço ao estudo de temas que, como os problemas de longo prazo, não oferecem retornos imediatos. A segunda característica é que na Universidade, por sua própria natureza, coexistem disciplinas provenientes de todos os campos do conhecimento, o que a torna a instituição mais apropriada para a abordagem interdisciplinar. Finalmente, a Universidade, e esta é talvez sua característica mais relevante no que se refere ao conhecimento, é a sede natural da pesquisa científica básica.

Cada uma dessas características considerada separadamente não é privativa da Universidade, mas sua existência conjunta e articulada é o que constitui, junto com o ensino, o especificamente Universitário.

Essas características da Universidade são o que a torna a instituição mais apropriada para dar à sociedade os instrumentos conceituais necessários para enfrentar o processo de transformação a que nos referimos anteriormente. Trata-se de um processo de longo prazo cujo curso não pode prever-se com os métodos de extrapolação ou projeção comumente usados pelos organismos técnicos. É necessário estudar sua dinâmica, determinar suas variáveis condicionantes, e prever sua evolução em função de diferentes alternativas. É um problema essencialmente interdisciplinar, onde os elementos sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos e técnicos estão intimamente ligados.

A Universidade, portanto, não pode ter somente um papel instrumental na geração de ciência e tecnologia, tratando de responder às demandas imediatas do mercado. Sua tarefa deve ser a de orientar a sociedade no que se refere a uma estratégia global de geração de tecnologia, determinando prioridades e opções em função de objetivos sociais claramente estabelecidos.

Um ponto fundamental da estratégia científica é que será necessário trabalhar na direção das novas tecnologias a partir do nível de pesquisa básica, porque é um fato bem conhecido que as opções tecnológicas diminuem rapidamente à medida que se avança na cadeia pesquisa básica-pesquisa aplicada-desenvolvimento. Se se atua quase nas últimas etapas — como se tentou fazer no passado em nosso país — o resultado será, como já sucedeu antes, que usaremos tecnologias totalmente desenvolvidas nos países centrais, e adequadas a suas próprias condições e possibilidades. É neste campo da pesquisa básica que o papel da Universidade é insubstituível.

Em suma, cabe à Universidade uma responsabilidade na geração de ciência e tecnologia, que vai muito mais além da tarefa instrumental imediata. Deve proporcionar os elementos de uma estratégia global de longo prazo — sem a qual não é possível superar a crise — e gerar o conhecimento básico indispensável para alcançar um grau de autodeterminação adequado.

IIIº Congresso da ANDES

Prof. MÁRIO FERREIRA PRESSER
IFCH - Diretor da ADUNICAMP

Duas discussões acabaram por dominar o extenso temário do IIIº Congresso da ANDES, realizado em fevereiro último em Piracicaba: o financiamento da entidade e a composição de chapas para a nova diretoria.

Quanto ao financiamento da entidade, essa se encontra em situação deveras periclitante, com um enorme débito acumulado. Mesmo as majorações nas contribuições em 1983, que passaram sucessivamente de Cr\$ 80,00 por associado para Cr\$ 160,00 em agosto/83 e Cr\$ 200,00 em outubro/83 não alteraram o quadro básico de insolvência da entidade. A atual diretoria propôs então que a contribuição por associado fosse substancialmente majorada para Cr\$ 500,00, o que o Congresso aprovou e entrará em vigor a partir de 1º de abril.

Os problemas financeiros da ANDES decorrem do **modus operandi** da entidade. A ANDES se propõe a ser uma **entidade de base** dos docentes universitários, e não uma federação de AD's. A consequência lógica é que cada docente tem uma dupla filiação em entidades de base:

na ANDES e na própria AD local. Ora, para financiar a operação de uma entidade que se pretende de base, num país de dimensões continentais como o nosso, os recursos requeridos seriam minimamente de Cr\$ 10 milhões mensais hoje, segundo critérios da própria diretoria. Como a ANDES tem cerca de 25.000 associados e nem todos pagam pontualmente (além da crescente evasão de associados), a única solução para manter a entidade em funcionamento tal como foi concebida é aumentar drasticamente a contribuição de cada associado.

A discussão sobre os problemas financeiros tomaram um longo tempo do cronograma de discussões porque, embora a concepção como entidade de base, a ANDES não recolhe diretamente as con-

tribuições de seus associados. Com a exceção notável da ADUSP, todas as demais AD's do país optaram pela **filiação automática** dos seus associados na ANDES. Quando você se filia na ADUNICAMP, você está filiando-se automaticamente na ANDES. Porém, quem paga essa filiação é a ADUNICAMP. Ora, se a ANDES aumentou substancialmente seu quinhão criará, como criou, um problema de financiamento corrente sério para todas as demais AD's, que terão de "vender" aos seus associados a majoração de suas próprias contribuições, para efetuar o repasse à ANDES, sem sacrificar indevidamente suas próprias atividades.

Um dos problemas que influenciará a boa vontade das AD's é que a forma de funcionamento da ANDES tem levado em certos locais a um **paralelismo** na direção do movimento dos docentes. Ou seja, os perdedores nas eleições para uma AD importante tem tentado, às vezes com sucesso, conseguir cargos na estrutura regional ou nacional da ANDES para continuar sua luta política local de um foro privilegiado. Seria pedir demais da natureza humana, solicitar às diretorias de AD's que sofrem esse processo de paralelismo que contribuam de bom grado para financiar seus adversários políticos. Daí o acalorado das discussões e creio que a proposta da diretoria só foi aprovada, sem condições que colocariam em cheque a própria estrutura da ANDES, porque as diretorias das AD's são claramente sub-representadas no Congresso. Se recolherão a nova contribuição aos cofres da ANDES já é outra estória. Já avisamos que a ADUNICAMP pretende efetuar o recolhimento, caso seus associados resolverem majorar suas contribuições como o indicado no IIIº Congresso. Embora a fraca atuação da ANDES no âmbito local, a diretoria da ADUNICAMP continua a apoiar a manutenção da entidade.

A outra longa discussão foi a constituição de chapas para a nova diretoria a ser eleita em maio próximo. A tradição da

ANDES era a de apresentar chapas únicas, de unidade, que razoavelmente representavam todas as principais tendências no movimento docente. Esse ano a novidade foi a clara **partidarização** da entidade. Grupos ligados majoritariamente ao PT na atual diretoria, com o apoio explícito do atual presidente da ANDES, Luiz Pinguelli Rosa, se acreditaram hegemônicos o suficiente para impor o "seu" programa ao conjunto do movimento docente nacional. Assim, apresentaram um programa mínimo "inegociável" ao qual as demais tendências deveriam se unir, caso o julgassem deglutível, e quatro candidatos aos postos-chaves, tampouco inegociáveis. Essa postura tomou inúmeras delegações de surpresa, pois as reuniões pré-Congresso haviam batido o chavão de "preservar a unidade". Imediatamente se formou um vato movimento de resistência face ao inusitado da proposta. Esse movimento foi liderado pelas diretorias das associações de docentes da UFRS, PUC/RS, USP, UNICAMP, UFSCAR, UFF, UFRJ, UFMG, UFBA, UFRN, UFPA, UFCE e UNRO entre outras, ou seja, pela quase totalidade das diretorias das grandes AD's nacionais, que julgaram pouco realista a pretensão hegemônica desses companheiros e passaram a pressionar por uma chapa de composição entre as diversas tendências. Ainda mais que o único possível ponto de atrito de seu programa mínimo com as demais tendências era a sua concepção do movimento sindical, uma questão que no momento atual não está empolgando o movimento docente. Seria por demais tedioso relatar aqui todos os lances da "negociação" que se entabulou entre quarta-feira (quando foi feita clara a "proposta" da atual diretoria) e sexta-feira (último dia para inscrição de chapas). O resultado dessas negociações, porém, foi nulo.

Dada a dinâmica do próprio Congresso, que se viu subitamente embaralhada por uma convenção conflituosa, e a importância de inúmeros itens na pauta de discussão ainda a vencer, principalmente

para as universidades federais e fundações, junto com o exíguo do tempo para organizar outra chapa e programa comuns, as AD's dissidentes resolveram **não** apresentar outra chapa, formando as correntes ligadas majoritariamente ao PT a chapa única (mas não unitária) à sucessão. Colocaram claro, no entanto, seu protesto pela maneira pouco própria da atual diretoria de conduzir sua sucessão escondendo suas intenções hegemônicas até praticamente o último momento. Parece que a tradição de "esperteza" política que assola o país também chegou à diretoria da ANDES.

Além disso, fizeram ver que a partidarização da entidade coloca riscos gravíssimos à unidade de ação nas lutas concretas que virão e à própria sobrevivência da entidade. Ainda mais que a atitude dos companheiros da nova diretoria é contrária à tendência que se apresenta na conjuntura nacional mais ampla, de unidade de ação nas principais reivindicações concretas. A chapa única, como resultado da partidarização, não contará com o sólido apoio da maioria das grandes AD's, que resolveram estreitar seus laços para efetuar uma oposição vigilante, sem romper nesse momento com a entidade. O apoio à ANDES será claramente **seletivo**, não se obrigando essas AD's a implementarem palavras de ordem que refletirem apenas os interesses partidários da nova diretoria.

O futuro da ANDES como entidade nacional de **todos** os docentes está vinculado a um comportamento menos sectário e oportunista de seus futuros diretores do que o mostrado no IIIº Congresso.

Nas decisões que nos afetam diretamente, destacamos a realização provável, em maio, do 1º congresso Regional da ANDES em São Paulo, para tratar especificamente da questão de uma maior participação das estaduais paulistas no movimento docente nacional.

Reajuste salarial

Avaliação do alcançado e perspectivas futuras

O reajuste dos docentes das Universidades Estaduais Paulistas, se bem que não tenha representado uma vitória total, pois não alcançamos o nosso objetivo de repor nosso poder aquisitivo aos níveis de janeiro de 1983, assegurou pelo menos aos professores em RDIDP, certa tranquilidade para continuar desenvolvendo suas atividades de ensino e pesquisa.

Uma das mais antigas reivindicações das entidades de docentes é a valorização do regime de dedicação exclusiva, valorização esta que compreende o livre acesso ao RDIDP, através de verbas suplementares do governo estadual, além de uma política salarial de valorização de seus salários sem a contrapartida de penalizar o RTP e o RTC.

A porcentagem de professores de RDIDP mostra a política interna das administrações universitárias: UNESP (85%), UNICAMP (74%) e USP (56%). Apesar da promessa formal do governo em encon-

trar uma solução satisfatória para os docentes que desejam passar para o RDIDP, a luta na USP será dura e difícil pois a política em uma grande parte de suas unidades universitárias demonstra uma preferência pelo RTP e RTC.

As três entidades de docentes, ao constatarem a definição do governo na fixação do reajuste do RTP em 50% e do RTC em 70%, mobilizaram todos os esforços na consecução de melhores reajustes para os docentes em RDIDP, cuja indefinição abria perspectivas para sensibilizar setores importantes do Palácio dos Bandeirantes.

Uma vitória parcial foi a de que na prática conseguimos a almejada equiparação com a magistratura, embora apenas para os docentes em RDIDP. Com efeito, os magistrados estaduais tiveram uma reajuste igual ao do funcionalismo e com isso a equiparação foi alcançada, embora não pelos caminhos que esperávamos. Porém, será agora mais fácil manter essa equiparação no futuro.

No entanto o pequeno reajuste salarial obtido pelo funcionalismo compromete o desempenho da Universidade e dos serviços públicos em geral. Por exemplo, o aumento de 50% para os professores primários e secundários compromete o nível de ensino de primeiro e segundo grau, dada a sobrecarga de trabalho para compensar o pequeno reajuste, afetando conseqüentemente o nível de ensino nas Universidades. Idêntica situação ocorre com os funcionários da Universidade.

Neste quadro de crise econômica nacional, onde a inflação supera 200% anuais, quais as perspectivas futuras?

Em primeiro lugar entendemos que o arrocho salarial do funcionalismo tem como resultado prático a deteriorização dos serviços públicos.

Em segundo lugar, somente o reajuste trimestral dos salários poderá compensar a aceleração da inflação.

Além disso, já existem indícios claros de que realmente eram conservadoras as

estimativas do governo estadual quanto ao comportamento futuro da arrecadação do ICM. Assim o **ICM efetivamente arrecadado** por São Paulo em janeiro último foi de **25% mais elevado do que o previsto**. Ora, o reajuste geral do funcionalismo foi dado de acordo com a previsão de arrecadação do ICM. Dentro desse novo quadro, cabe a nós reivindicarmos imediatamente a manutenção do nosso quinhão nas despesas do Estado. Levantamos aqui a reivindicação de reajuste trimestral de emergência para **todos os servidores** a partir de 1º de abril de 1984.

Para finalizar, temos clara consciência que a melhoria do padrão de vida dos funcionários públicos depende de uma reversão da política econômica do governo federal. E isso só será possível com a total reformulação dos quadros dirigentes da nação, com eleições diretas em 1984.

A diretoria da ADUNICAMP

Pelas eleições diretas já